



ACÓRDÃO Nº110/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11421/2017.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN
- 4- **Exercício:** 2016
- 5- **Responsável:** Marcos Aurélio Costa da Silva. (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 6605/2018-DMP, Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Luiz Henrique Pereira Mendes.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN. Exercício de 2016.

Irregularidade. Multa. Comunicação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Irregular** a Prestação de Contas do **Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva**, responsável pelo Instituto Municipal de Pensão e Aposentadoria de Nhamundá - IMPAN, no curso do exercício 2016, nos termos do art. 22, inciso III, alínea ‘b’ da LO-TCE-AM c/c artigo 188, inciso II e § 1º, inciso III, alínea ‘b’ da Resolução TCE nº 04/2002.
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva** no valor de **R\$ 20.481,60**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, nos termos do art. 54, inciso II da Lei Orgânica c/c art. 308, inciso I, alínea ‘a’ I do Regimento Interno, ambos deste TCE-AM, considerando a violação da norma legal indicada no item 01 da DICERP, especificamente do art. 15 e incisos e do art. 20, inciso II e §1º da Lei Complementar AM nº 06/1991 (redação dada pela LC AM nº 24/2000) e do art. 1º inciso II e art. 6º da Resolução TCE-AM nº 13/2015.



ACÓRDÃO Nº110/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva no valor de R\$ 15.000,00, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - **Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE**, nos termos do **art. 54, inciso II da Lei Orgânica c/c art. 308, inciso VI do Regimento Interno**, ambos deste TCE-AM, pelas impropriedades abaixo relacionadas:

- 10.3.1.** itens 02 e 07, letra 'a', ambos da DICERP, por descumprimento do art. 3º, alínea 'a', inciso I da Resolução TCE-AM nº 08/2011 c/c art. 10, inciso V e art. 11 VIII, ambos da Lei Orgânica deste TCE-AM;
- 10.3.2.** item 04 da DICERP, por descumprimento do art. 2º, caput, da Lei nº 9.717/1998 c/c art. 42, incisos I e III e §1º da Lei municipal de Nhamundá nº 447/2005;
- 10.3.3.** item 05 da DICERP, por descumprimento do art. 2º, caput, da Lei nº 9.717/1998 c/c art. 42, §§ 8º e 9º da Lei municipal de Nhamundá nº 447/2005;
- 10.3.4.** Item 06, letras 'c', 'd', 'e' e 'g' da DICERP, por descumprimento do art. 3º, alínea 'c', incisos XIII, XIV, XV e XVIII da Res. TCE nº 08/2011 c/c art. 10, inciso V e art. 11 VIII, ambos da Lei Orgânica deste TCE-AM;
- 10.3.5.** itens 08 e 06, alínea 'g' da DICERP, por descumprimento do art. 31 e art. 74, § 1º, todos da CRFB-1988;
- 10.3.6.** Itens 09 e 10 da DICERP, por cumprimento dos arts. 48, inciso II e art. 48-A da Lei de Responsabilidade Fiscal e art. 8º, *caput* e §§ 1º e 2º da Lei 12.527/11;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.4. Comunicar o Sr. Marcos Aurélio Costa da Silva, acerca do decido.



ACÓRDÃO Nº110/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

11- Ata: 5ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Fevereiro de 2019

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Mario Manoel Coelho de Mello, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Luiz Henrique Pereira Mendes.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

LUIZ HENRIQUE PEREIRA MENDES

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral